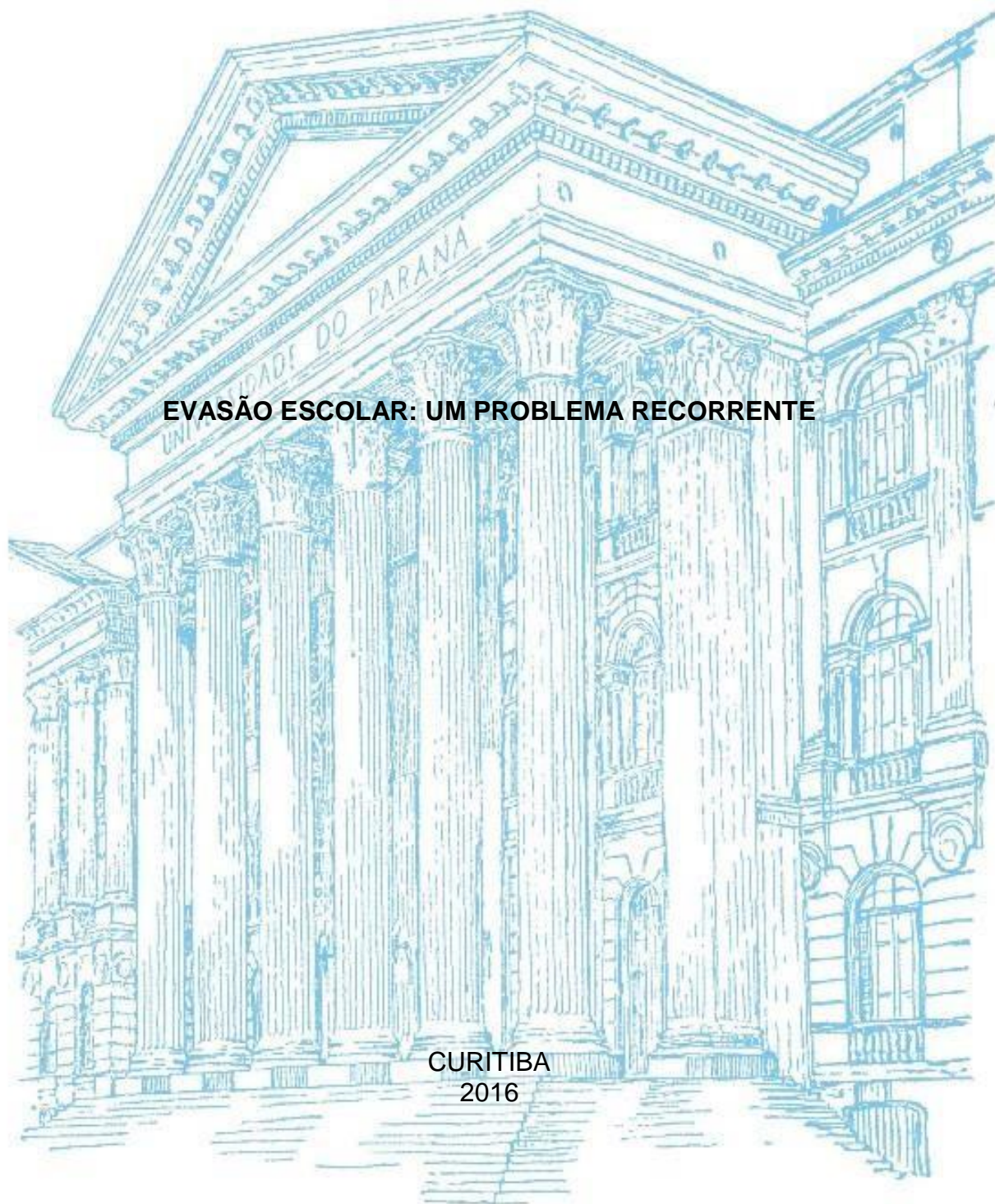


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCIANA ANDRADE

EVASÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA RECORRENTE



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCIANA ANDRADE



EVASÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA RECORRENTE

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ma. Clarice Martins de Souza Batista

CURITIBA
2016

EVASÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA RECORRENTE

LUCIANA ANDRADE¹

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo promover uma reflexão sobre o abandono e a evasão escolar caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa por compor-se de análise de levantamento de dados, abordagem de diferentes literaturas e documentos oficiais sobre o assunto, como da análise da realidade escolar, de documentos escolares de um Colégio Estadual que oferta o Ensino Fundamental 6º ao 9º do Ensino Médio e Profissionalizante e a aplicação de um questionário direcionado aos Pedagogos do Colégio. A escolha do tema justifica-se pela grande complexidade dos problemas oriundos do abandono e da evasão escolar, que tiram da escola um grande contingente de alunos. Constata-se que em relação ao abandono e a evasão escolar não existe um único responsável, mas diferentes fatores motivadores, tais como mudança constante de endereço durante o ano letivo, trabalho infantil, drogadição ou má relação entre professor e aluno que elevam negativamente as estatísticas escolares no que tange o insucesso do aluno em aprender.

Palavras-chave: Evasão. Abandono. Fracasso. Escola.

¹Artigo produzido pela aluna Luciana Andrade do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora mestra Clarice Martins de Souza Batista. E-mail: uchala2009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A instituição escolar é por excelência o principal meio de aquisição de conhecimentos cientificamente acumulado pela sociedade o que a torna responsável pela aprendizagem dos educandos, não podendo eximir-se do compromisso de combater o fracasso, o abandono e a evasão escolar.

Apesar de ser um problema antigo, o abandono e a evasão escolar continua afligindo a escola, pois após muitos estudos, investigações e ações direcionadas ao seu combate os índices nacionais aumentam a cada ano e afastam da escola milhões de brasileiros que tem a probabilidade de serem futuros analfabetos funcionais e viverem à margem da sociedade.

As bibliografias que abordam o assunto abandono e evasão escolar colocam a causa do problema em diferentes perspectivas, para alguns o problema está na família que não incentiva o aluno no estudo, ou no próprio aluno que não tem interesse para aprender ou que precisa trabalhar ainda muito jovem. Para outros o problema está na escola, na má formação dos professores, nos currículos que não atendem as necessidades dos educandos, nas organizações internas da escola e muitos outros.

As leituras realizadas possibilitaram a observação de que tanto fatores internos quanto os externos interferem no desenvolvimento, aprendizagem e permanência dos educandos em ambiente escolar.

Como apoio bibliográfico utilizou-se trabalhos de Barrios (2009) e Paro (2002), Bissoli (2010). Guerreiro (2016) e Patto (1996) entre outros.

Buscando apresentar e discutir o fenômeno do abandono e da evasão escolar o presente artigo aborda algumas nuances que torna o assunto em questão um dos principais problemas enfrentados pela escola contemporânea. Num primeiro momento faz uma revisão de como teve início a educação formal no país e da importância, ou não importância, dada a essa educação pelos antigos governos e da lenta mudança que vem acontecendo no que diz respeito a essa valorização, demonstrando que as políticas públicas efetuadas e aplicadas à educação não focam realmente a oferta de um ensino de qualidade.

Dentre os diferentes programas lançados por governantes visando combater o abandono e a evasão escolar, tem-se no Estado do Paraná o Programa de Combate ao Abandono Escolar, que em parceria com a Secretaria da Educação, Escolas, Conselho Tutelar e Ministério Público buscam combater esse problema no Estado.

Considerando que o fracasso escolar é um dos fatores motivadores do abandono e da evasão, tanto as políticas públicas, quanto os programas de combate à evasão escolar precisam estar atentos para a melhoria da qualidade do ensino.

As metodologias aplicadas em sala de aula podem ser mais um fator agravante no fracasso do aluno e, por conseguinte, afastando-o da escola.

Combater o fracasso e o abandono escolar exige do colegiado em geral que conheçam a realidade de sua escola, as causas do fracasso do aluno e os motivos que os levam a abandonar os estudos, para que possam trabalhar com essa realidade, utilizando dos programas disponibilizados pelo poder público, dos diferentes órgãos que trabalham para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, para que juntos possam realmente atender as suas necessidades e possibilitar que cada vez mais alunos consigam concluir os estudos.

Como a evasão escolar é um fenômeno que tira da escola milhares de alunos que provavelmente se tornarão os futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho, torna imprescindível refletir sobre algumas questões buscando conhecer as principais causas da evasão escolar. Para dar sequência na pesquisa definimos os seguintes objetivos.

1 OBJETIVO GERAL

- Promover uma reflexão sobre o abandono e a evasão escolar em um colégio estadual do Paraná.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a visão de diferentes pesquisadores sobre a evasão escolar, suas causas, consequências e possíveis ações a serem tomadas em relação ao assunto.

- Levantar informações sobre o funcionamento na rede de proteção no que se refere ao trabalho com a ficha FICA do governo do Estado Paraná no que tange o combate à evasão escolar.
- Levantar informação para percebermos se o fracasso escolar e a formação docente interferem na evasão escolar.

2 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Este projeto tem como estratégia a pesquisa bibliográfica baseada em diferentes obras publicadas em ambiente eletrônico como site de pesquisas, com intuito de identificar causas, consequências da evasão e possíveis ações para combatê-la. A pesquisa teve início pela leitura de bibliografias que fundamentaram a temática com apoio em vários pesquisadores como apresentamos Patto, Barrios, Guerreiro, Bissoli entre outros. E pelo levantamento de dados realizados em documentos da instituição como o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) como subsídio de análise sobre a evasão escolar.

Este trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2010) têm como premissa a análise e interpretação de aspectos fundamentais do assunto investigado com intuito de apresentar alternativas que possam ser implantadas nas escolas e que possibilite que mais educandos consigam terminar a Educação Básica.

Disponibilizou-se um questionário aos Pedagogos contendo questões que indagam a visão no que se refere ao funcionamento do Programa de Combate a Evasão Escolar. De acordo com Gil (1999) a aplicação de questionário tem por objetivo descobrir respostas para os problemas investigados por meio de procedimentos científicos que possibilita a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade.

O questionário foi composto de 12 questões que coletavam informações sobre o perfil dos pedagogos, experiência com a Rede de Proteção no que se trata do Programa de Combate ao Abandono Escolar assim como sobre a Ficha de Comunicação do Aluno Ausente –FICA e Conselho Tutelar.

O Colégio em questão¹ está localizado na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, atende em torno de 1800 alunos nos cursos de Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), Ensino Médio e Profissionalizante. No que tange o Ensino Fundamental, os dados foram levantados através do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE)² por meio da secretaria do colégio.

O colégio foi selecionado para realização da pesquisa por se perceber problemas relacionados com a evasão escolar nesta unidade de ensino.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 As escolas públicas brasileiras e a evasão escolar

Com base nos trabalhos de Barrios (2009) e Paro (2002), Bissoli (2010) e outros pensadores, trazemos uma breve história da educação brasileira e do problema da evasão e do abandono escolar que muito contribui para o fracasso do aluno.

Como informa Barrios (2009) a primeira educação implantada no Brasil foi dos Jesuítas que tinha por obrigação a conversão à fé católica e o ensino das primeiras letras. Com a expulsão dos Jesuítas, em prol de uma grande reforma no Brasil colônia, em 1759 inicia-se as aulas régias, de responsabilidade do estado, livre dos preceitos religiosos e de influência iluminista que buscava um saber racional e científico. As aulas régias jamais conseguiram chegar até a população, pois sua formulação foi pensada para uma classe elitizada que tinham privilégios da nobreza, sendo “uma educação restrita e excludente, que chegava apenas aos filhos das famílias de classe mais abastada economicamente”. (BARRIOS, 2009, p. 4). O Brasil no período colonial tinha o histórico de educação familiar, poucas eram os que enviavam seus filhos à escola, fato que gerava a evasão escolar.

Até meados do século XX muitas mudanças foram efetivadas no sistema educacional brasileiro, como a obrigatoriedade da educação básica, implantação

¹ Optamos por não identificar a instituição de ensino.

² SERE: Sistema Estadual de Registro Escolar é um “Sistema de Informações” desenvolvido com a finalidade principal de racionalizar as atividades burocráticas da secretaria da escola.

do ensino superior, promulgação de currículo pensado à luz da necessidade da população e outros. Todas as reformas não foram suficientes para colocar a população em idade escolar dentro das salas de aula. O país era conhecido no campo educacional pelo grande número de analfabetos existentes.

O quadro educacional do país na década de 80 era estarrecedor, sendo que na 1ª série do 1º grau tinha-se cerca de 50% das crianças excluídas do ambiente escolar por evasão ou repetência e cerca de 30% das crianças brasileiras nunca tinham frequentado a escola. (BARRIOS, 2009).

A década de 90 trouxe novamente a proposta de melhorias na educação, embasada por uma política que visava definir a oferta do ensino público no Brasil, para tanto se elabora o Plano Decenal de Educação que tinha por objetivo melhorar a qualidade do ensino ofertado, diminuir o índice de analfabetismo e combater a evasão e repetência. (BARRIOS, 2009).

Os programas lançados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) neste período tinham por intuito assegurar o ingresso e a permanência do aluno na escola, no programa estavam inclusos intercâmbios, premiações, repasse de tecnologia e equipamentos, treinamento, valorização do professor, palestras, seminários e outros eventos. (BARRIOS, 2009, p. 18).

De acordo com o MEC dentre os programas criados que tinha por objetivo o combate à evasão escolar destaca-se o Bolsa Escola³, criado em 2001, destinado à família carente, com renda per capita inferior a um valor mínimo estipulado pelo programa, sendo vinculado a frequência do aluno no Ensino Fundamental. (BARRIOS, 2009).

A visão dos governos brasileiros em relação às mudanças educacionais sempre contemplou mais questões de acesso e permanência na escola, priorizando dados quantitativos em detrimento ao qualitativo. Paro (2002) comenta que de acordo com a fala do governo, atingindo a quantidade seria possível buscar a qualidade. Como se fosse cabível separar os dois conceitos, como também conseguir colocar toda criança dentro da escola diante das situações de marginalização por que passa a sociedade brasileira. Para o autor “[...] entender o que há por trás do discurso oficial, é preciso indagar a respeito do que é que o

³ <http://www.programadogoverno.org/bolsa-escola-do-governo/>

Estado está oferecendo na quantidade da qual ele tanto se vangloria.” (PARO, 2002, p.92).

Para Bissoli (2010) questões político-sociais e falta de responsabilidade educacional são pontos fundamentais a serem abordados para a melhoria da qualidade do ensino e, por conseguinte da permanência do aluno na escola.

Para Menezes (2014) é a política educacional, elaborada e pensada para a elite a responsável pela evasão escolar.

A educação brasileira chega ao século XXI enfrentando problemas que surgiram há muito tempo e não foram solucionados. As atuais Leis brasileiras colocam a educação como prioridade salientando a necessidade de acesso, permanência e desenvolvimento do educando, como explana a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

┆ - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; art. 24, inc.VI art. 24, inc.VI.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA 1990) também discorre sobre a permanência do aluno na escola, no artigo 56, II, determina aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental que comunique ao Conselho Tutelar dos casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, quando os recursos cabíveis da escola se esgotaram.

Muitos são os pesquisadores que estudam as causas da evasão e sua consequência na vida do sujeito, dando ao fenômeno diferentes justificativas.

Para Lopez e Menezes (2002) a repetência é a principal responsável pela evasão, o aluno que repete o ano letivo perde o interesse por continuar os estudos. Queiroz (2011) compreende a evasão escolar como um problema nacional que sempre elevam os índices de analfabetismo no país.

Arroyo (1997) explana que o cenário escolar funciona como um jogo de empurra, a escola responsabiliza a família de abandono intelectual, o aluno por

falta de responsabilidade e as famílias e a sociedade acusam a escola de não ensinar.

Para Fukui (1980, apud BRANDÃO et al, 1983) a evasão não é fruto de características individuais dos alunos, nem responsabilidade da família, a responsável é a escola, sendo o problema a forma como a mesma exerce ação sobre os alunos. Oliveira (2012, p. 05 apud CAMPOS, 2003) também coloca na escola a responsabilidade pela evasão, centrando-se em questões internas da escola como: falta de vaga, falta de material didático, horários incompatíveis, falta de professor ou por não verem como o estudo pode ter relevância para sua vida.

Como exposto acima pela análise de diferentes pensadores, os estudos sobre as causas da evasão escolar fundem-se em duas vertentes: fatores externos à escola e fatores internos, sendo que os fatores externos compreendem as desigualdades sociais, drogadição, trabalho infantil, políticas educacionais, má relação familiar e os internos dizem respeito à má estrutura da escola, falta de metodologia do professor, falta de material didático, má relação professor e aluno e outros.

Para Charlot (2000) a problemática da evasão tanto sofre interferência interna quanto externa, por isso deve ser analisada sobre vários ângulos: o aprendizado, a eficácia do docente, igualdade de oportunidades, investimento familiar e outros.

Observa-se que os problemas que levam tantos alunos a abandonarem os estudos estão longe de serem explicados e solucionados diante de tantas interferências, mas refletir sobre esses problemas e buscar soluções é fundamental para que se possa ir reorganizando e redefinindo os Planos de Ensino, as Propostas Pedagógicas e os Projetos Políticos Pedagógicos de forma a melhorar a qualidade do ensino e ajudar no combate a todo tipo de exclusão, entre elas a evasão escolar.

3.2 Programa de Combate ao Abandono Escolar do governo do Paraná

O Estado do Paraná criou no ano de 2005 o Programa de Mobilização para Inclusão Escolar e a Valorização da Vida (Programa Fica Comigo) visando atuar

no combate a evasão escolar e garantir o acesso à educação a todos os educandos matriculados no Ensino Público da rede estadual de ensino.

O direito a matrícula, a frequência e ao pleno desenvolvimento das capacidades dos sujeitos é garantido sobre forma de Lei pela Constituição Brasileira (CF,1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990).

O Governo do Estado do Paraná elaborou um manual apresentando a filosofia do programa Fica Comigo e instruindo as escolas de como utilizá-lo. O manual traz também suporte e subsídio para que as escolas repensem suas práticas pedagógicas.

Desde seu lançamento no ano de 2005 o programa Fica Comigo passou por algumas mudanças tendo o objetivo de melhor encaminhar e solucionar as questões de evasão escolar. A partir do ano de 2013 o Programa passa a chamar-se Programa de Combate ao Abandono Escolar.

A Secretaria de Estado e Educação, responsável direta pelo programa, sendo ela também a mediadora entre ele e as escolas, escolas e Conselho Tutelar e Ministério Público. É responsabilidade da Secretaria de Educação capacitar as escolas para a implantação do programa e assim garantir o retorno do aluno à escola. (PARANÁ, 2009).

O programa abrange algumas etapas de instrumentalização, composto por alguns documentos que devem ser preenchidos pela escola e encaminhados aos órgãos competentes, sendo o principal documento a ficha FICA – Ficha de Comunicação do Aluno Ausente⁵. (PARANÁ, 2009).

É através da ficha FICA que as escolas encaminham ao Conselho Tutelar os casos de ausências. O professor, observando a ausência do aluno por cinco dias consecutivos ou de sete dias alternados, deve comunicar a equipe pedagógica da escola que manterá contato com os responsáveis pelo aluno e não conseguindo contato ou o retorno do aluno, encaminhará os dados do aluno por meio da ficha FICA e ao Conselho se o caso não for resolvido. (PARANÁ, 2009).

A equipe pedagógica de posse da ficha FICA investiga o motivo das faltas desse aluno junto aos seus responsáveis. Cabe à equipe efetuar os procedimentos necessários, para que o aluno retorne como, por exemplo,

conversar com os professores e organizar reposições de conteúdos para o aluno, remarcar avaliações que ele tenha perdido, ou se for o caso encaminhar

⁵ A ficha FICA é atualmente denominada desta maneira, apesar de ter mantido o codinome, de "Formulário de Notificação Obrigatória de Estudante Ausente" - conforme o Programa de Combate ao Abandono Escolar de 2013, para ser preenchido pelo representante da Escola e/ou Rede de Proteção da Criança e do Adolescente na presença dos pais ou responsáveis. <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1695>

esse aluno para organizações de proteção ao menor como a Rede de Proteção⁴ e Conselho Tutelar. (PARANÁ, 2009).

A equipe diretiva da escola deve tomar conhecimento dos casos de evasão, cabendo à equipe pedagógica comunicá-los para que juntos possam organizar as ações de enfrentamento do abandono e evasão escolar.

(PARANÁ, 2009).

Quando a escola, com essas ações consegue o retorno do aluno, a ficha FICA deve ser arquivada, se isso não acontecer é preciso encaminhar a primeira e terceira via ao Conselho Tutelar. Quando no local não há atendimento do Conselho Tutelar a ficha deve ser encaminhada diretamente ao Juiz da Infância e Juventude. (PARANÁ, 2009).

O Conselho Tutelar, ao receber a ficha tem o prazo de 20 dias para dar um retorno à escola, caso isso não aconteça escola deve acionar imediatamente o Ministério Público. (PARANÁ, 2009).

É o Conselho Tutelar que vai entrar em contato com a família e dentro da Lei aplicar as medidas necessárias para que o aluno retorne a escola, dentre essas medidas tem-se a medida protetiva do ECA art. 101, III que trata sobre a frequência obrigatória ao Ensino Fundamental e o art. 129, V e VII que rege sobre a responsabilidade dos pais ou responsáveis de acompanhar a frequência e o aproveitamento do aluno na escola. Quando for necessário o Conselho Tutelar pode ainda encaminhar a família e o aluno a Programas de Apoio e Orientação

⁴ Rede de Proteção envolve a ação de várias instituições/áreas governamentais ou não, que visam atuar em questões sociais de extrema complexidade, definindo estratégias para a prevenção, atendimento e fomento de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco.

ou recolher o aluno quando se comprovar o completo abandono do mesmo pela família. (PARANÁ, 2009).

Caso o Conselho Tutelar não consiga resolver os problemas uma via da ficha FICA deve ser encaminhada para o Ministério Público que é a última instância desse processo. Todas as ações acima citadas tem por objetivo o retorno do aluno à escola. (PARANÁ, 2009).

O Programa de Combate ao Abandono Escolar possibilitou a organização de um banco de dados sobre a evasão no estado, com isso é possível pensar com mais clareza diferentes formas de prevenção da evasão, permitindo que mais alunos permaneçam na escola.

Os dados obtidos pelo programa são quantificados pelo Registro Escolar através do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), sistema que armazena as matrículas de todos os alunos em idade escolar e possibilita acompanhar sua frequência.

O programa tem por princípio zelar pela permanência do aluno na escola, com isso confirma a importante função social da escola que é garantir a apropriação do conhecimento sistemático, bem como uma formação humanizada e inclusiva, com isso possibilitar que mais e mais sujeitos sejam inseridos na sociedade. (PARANÁ, 2009).

4. 3 O fracasso escolar é condição para evasão?

A Constituição Federal do Brasil (1988) no artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família e no artigo 206 especifica os princípios educacionais que devem ser garantidos como a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, garantia de padrão de qualidade e outros.

O fracasso escolar tem tirado de muitos o direito à aprendizagem garantido por Lei. Pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012) aponta que no Brasil, a cada quatro alunos que iniciam o Ensino Fundamental, um abandona os estudos antes do 9º ano. Em relação ao Ensino Médio, de acordo com o Censo Escolar a taxa de reprovação atingiu

a 13,1% no ano de 2011. De 2009 para 2011 houve um grande aumento de adolescentes e jovens fora da escola, cerca de 300 mil a mais. (BORGES, 2013).

Seja no que se refere à permanência, quanto à garantia de padrão de qualidade observa-se que não vem sendo cumprido, fato que se comprova pelos altos índices de repetência e evasão escolar em toda a Educação Básica, como nos baixos resultados de avaliações externas realizadas regularmente pelo Estado.

O fracasso escolar é estudado e explicado por diferentes especialistas. De acordo com o dicionário Aurélio a expressão “fracasso escolar” significa perda, mau êxito, desastre ou desgraça; todos esses significados resultam em reprovação ou abandono escolar ou de acordo com Moraes et al (2016) a aprovação do aluno com baixo índice de aprendizado.

Moraes et al (2016) afirmam que o fracasso escolar se alicerça em uma política de educação pública e gratuita que não consegue dar conta de atender com eficácia os alunos de classes sociais menos favorecidas. A exclusão escolar e a exclusão social são fatores que coadunam para o fracasso escolar; é preciso pensar sobre a ligação entre esses fatores para buscar melhorias no processo de ensino e aprendizagem. (BAHIA, 2012).

Para Aquino (2005) o fracasso escolar é um problema interno da escola, necessitando, portanto repensar todas suas ações para que o aluno obtenha sucesso em sua caminhada.

Para Guerreiro (2016) fracasso e reprovação estão ligadas à evasão que também promove a distorção idade-série. A autora afirma que quando o aluno recebe o resultado de seus estudos (média ou nota) e essas indicam uma possível reprovação ele abandona a escola, alguns voltam no ano seguinte, outros não. Segundo Guerreiro (2016, p. 01), “O repetente em geral é multirrepetente”. E por mais que depois de evadir volte para o sistema, isso não significa que o sucesso foi ampliado, porque a repetência não tem gerado bons “resultados posteriores”.

O aluno que se evade, ao retornar à escola, compõe uma sala de aula com adolescentes ou jovens de idade diferente da sua e sente-se desestimulado por ver seus colegas progredirem ou por ter de rever conteúdos que já tinha estudado em anos anteriores. (GUERREIRO, 2016).

Patto (1996) atribui o fracasso escolar a fatores construídos historicamente a muitos anos, antes mesmo da estrutura moderna de escola existir. O fracasso escolar está ligado à divisão de classes que se iniciou na mudança da produção feudal para a capitalista, a destituição do regime monárquico, o fim do poder do clero, o início do êxodo rural e o nascimento dos grandes centros econômicos como também de diferentes classes sociais, todos esses fatores mudaram por completo o modo de vida das pessoas.

As diferentes classes sociais que surgem neste período indicam socialmente e economicamente quem detém o poder. A classe que começa a dominar faz de tudo para garantir sua ascensão.

A burguesia é uma das principais classes que surge neste período e em pouco tempo passa a dominar através da garantia e ampliação do seu poder, poder esse que promove grandes revoluções como a Revolução Francesa. As classes inferiores como as dos artesãos e agricultores perdem suas condições de produtores independentes, sem trabalho começam a formar a força braçal nas nascentes fábricas compondo a mais nova classe de assalariados. (PATTO, 1996).

Todas as reformas políticas sociais implantadas nessa época solidificam o capitalismo e o poder da alta burguesia, com mais poder não é difícil encontrar diferentes maneiras de dominação e doutrinação de massas, contribuem para isso a nascente educação pública, gratuita e laica. Apesar de muita luta por conquistas de direitos realizadas pela classe dominante a burguesia implanta seu ideal de bem viver, impondo sua força na justiça, na crença no progresso e conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e controle da natureza. Patto (1996, p.20) explana que neste período nasce à expressão “self-mademan”, que designa o ideal de homem que conquista uma vida melhor pelo esforço próprio, sendo o que se espera de todo cidadão.

Os nascentes sistemas nacionais de ensino têm como princípio, visão política e ideológica a formação desse tipo de homem. Nasce nas escolas o que Patto (1996) denominou de mundo de igualdade de oportunidade, uma vida social igual para todos subsidiada pelo estudo. A escola cabe transformar súditos em cidadãos. (PATTO, 1996).

A qualidade no ensino, pregada nos discursos, não passaram para a realidade, pois o período contava com um ensino primário precário, com pouco investimento. O ensino secundário e superior ofereciam melhores condições, mas eram destinados a uma pequena parcela da sociedade, os filhos dos burgueses, a classe operária, por não ver incentivo nos estudos, continuavam a formar a força de trabalho que não exigia qualificação, pois as técnicas de trabalhos eram rudimentares. (PATTO, 1996). Em outras palavras: “[...] a escola pública, desde sua gênese, surgiu para atender a demanda do mundo do trabalho nesse novo modo de produção, configurado no trabalho alienado.” (FORGIARINI e SILVA, 2016, p. 04).

O ensino primário atendia as crianças do povo, para os filhos da burguesia existiam os Liceus e os ginásios, essa separação promoveu um dualismo escolar. Alunos que apresentavam melhores condições de aprendizagem eram recrutados para seguir com os estudos, o que aumentava ainda mais a desigualdade social e a divisão de classes, como também fortalecia o ideal liberal de cada um ‘subir na vida’ por suas aptidões ou habilidades. (DUBET, 2003).

Segundo Dubet (2003), esse recrutamento acontecia por meio de uma seleção que ia além da escola, estando diretamente ligada à desigualdade social formada pela divisão de classes, pelo sistema capitalista e pela política liberal. As consequências desse sistema são vivenciadas até os dias atuais, estando presentes na escola como explana Dubet (2003, p. 32):

[...] que a escola aparece justa e “neutra” no seu funcionamento, enquanto as injustiças e as desigualdades sociais é que são diretamente a causa das desigualdades escolares.

Não era a escola que era injusta, era antes de tudo a sociedade, mesmo se uma e outra eram muito mais “objetivamente” injusta ontem que o são hoje em termos de desigualdade e de distância social.

Dubet (2004) compreende que nesta perspectiva a escola funciona como reprodutora do sistema social, isso pode até acontecer sem saber ou sem querer, pois fortalecida por uma visão democrática – uma escola aberta a todos e todos tendo o mesmo direito – mas que adota o mérito pessoal como “princípio essencial de justiça: a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu trabalho e de suas qualidades”. (DUBET, 2004, p. 543).

Diante desses fatores históricos, Patto (1996) alerta que para se compreender o fracasso escolar é preciso estudá-lo como parte de um contexto sociopolítico, fundamentado por ideias liberais e estruturado por uma sociedade capitalista, que impõe aos sujeitos a responsabilidade pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso. A desigualdade social é fator preponderante para fracasso escolar, pois condições familiares e sociais definem o envolvimento do sujeito com a educação, à quantidade de matrícula nas escolas e a quantidade de pessoas formadas. Pessoas de classe inferior, desde que entram na escola, recebem tratamento diferenciado, a escola não acredita em sua capacidade intelectual e isso acaba por levá-la a fracassar ou desistir. (DUBET, 2004).

Os altos índices de fracasso, repetência ou abandono escolar para Patto (1996) e Dubet (2004) são resquício de uma sociedade injusta, que mesmo preconizando a garantia de acesso e permanência, continua efetuando uma seleção entre os alunos, separando os bons alunos dos ruins seguindo critérios excludentes fundamentados por currículos, processos de avaliações e estruturação de ensino.

Guerreiro (2016) aponta que essa divisão está presente nas salas de aulas atuais, sendo comum atribuir aos próprios alunos a culpa pelo seu fracasso, seja pela preguiça, pelo despreparo, pelas condições de vida, por ter algum distúrbio ou deficiência, não se reflete que pode ser a maneira de ensinar que não está correto, que falta ao aluno um conhecimento prévio para compreender determinado conteúdo e fornecer esse conhecimento prévio é função da escola. É comum também atribuir o fracasso a problemas familiares, culturais, sociais e políticas como explana Guerreiro (2016) ou se culpa o aluno ou a família do aluno, e a escola, seus processos de ensino e aprendizagem, currículo e metodologia do professor não são analisadas como possíveis causas.

Forgiarini e Silva (2016) apontam para a importância de compreender que práticas pedagógicas realizadas dentro das escolas contribuem para a produção do fracasso escolar, sendo necessário que educadores e especialistas revejam suas formas de ensinar, sua metodologia de trabalho, a relação professor e aluno, o currículo institucionalizado e o currículo oculto e as diferentes formas de avaliar, considerando sempre as especificidades do trabalho escolar.

Libâneo (1989) citado por Forgiarini e Silva (2016, p. 9) aponta que:

[...]a democratização da escola pública vai além da democratização ao acesso. Passa pela adequação pedagógico-didática à clientela majoritária que frequenta essa escola para garantir a democratização do conhecimento. Para isso, a escola deve cumprir com sua função primordial, isto é, o ensino na perspectiva de construção do conhecimento e não apenas como transmissora deste.

Bissoli (2010) também responsabiliza as questões político-sociais pela evasão escolar, sendo que a falta de responsabilidade educacional dos governantes, em diferentes âmbitos reforçam esse quadro. O autor afirma que tanto o poder público, quanto os gestores escolares e sua equipe são responsáveis pelo problema e precisam implantar ações que alterem esse quadro.

Em âmbito escolar é preciso que gestores e equipe acompanhem as frequências dos alunos, organize planos de atendimentos para os que têm dificuldades de aprendizagem e para os que retornam a escola, para que possa atender a todos com a qualidade de ensino que merecem. (BISSOLI, 2010). Moraes et al (2016) apontam diferentes formas de intervenções que devem ser tomadas para romper com o fracasso e por conseguinte o abandono escolar, sendo que essas intervenções perpassam pela escola, pelo aluno, pela família e pela sociedade:

As formas de intervenção passam pela escola, quando a evasão dos alunos ocorre em razão dela (incluindo a parte pedagógica, pessoal e material); devem atuar diretamente para solucionar o problema, a própria escola, a diretoria de ensino (Estado) e Secretaria de Educação (no âmbito municipal), visando à melhoria do ensino, para torná-lo mais atraente ao aluno evadido.

Pelo aluno, quando o problema da evasão estiver centrado no comportamento do próprio aluno, a intervenção direta deve ocorrer na (e pela) família, escola – devendo ser de forma mais ampla possível. Pelo professor, o principal agente do processo para o combate a evasão escolar é o professor, face ao seu contato direto e diário com o aluno, cabendo diagnosticar quanto o mesmo não está indo a escola (injustificadamente) e iniciar o processo de resgate.

Pelos pais/responsáveis, no caso do aluno deixar de frequentar a escola, em razão do comportamento dos pais ou responsáveis, a intervenção ocorrerá diretamente pela escola, e Indiretamente, atuam as secretarias de assistência social e saúde.

E, por fim, pelo social, quando se constata que a evasão escolar se verifica por questões sociais, como trabalho, falta de transporte, medo de violência, etc., devem atuar diretamente para solucionar o problema a família, escola e, indiretamente as secretarias de assistência social. (MORAES, et al 2016, p. 162).

A educação precisa ser pensada como um instrumento de superação do senso comum e não de ascensão social. O conhecimento da realidade, juntamente com o conhecimento sistemático construído e acumulado historicamente, é que vão ajudar na transformação social.

A escola pode e precisa contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos que ali estão e para tanto precisa buscar formas de combater a evasão e o fracasso escolar, é claro que não conseguirá resolver todos os problemas sozinha, uma vez que diferentes fatores contribuem para que eles continuem tirando adolescentes e jovens das salas de aulas, mas é preciso que cada um faça sua parte e contribua para a mudança educacional e social almejada.

4.4 A formação do professor interfere na evasão?

Segundo Freire (2000, p. 25)

Quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é a ação pela qual um sujeito criador – dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.

Pelas palavras de Freire (2000) percebe-se a importância da formação do professor para a permanência do aluno em sala de aula, pois o professor que se atualiza estará sempre melhor informado em relação às mudanças científicas e sociais que acontecem, como também em relação às mudanças tecnológicas que tem possibilitado ao professor diversificar seus recursos de ensino utilizando de diferentes mídias.

Para Freire (2000) o bom professor consegue reverter o ato de ensinar em seu benefício, sendo que à medida que estuda para ensinar está aprimorando seus saberes. Para Vygotsky (1998) o professor precisa ser mediador de conhecimento, pois de acordo com ele é pela mediação dos recursos sociais que o sujeito conhece o mundo e constrói sua representação do real.

Gadotti (1994) aponta que o bom professor suscita em seus alunos o desejo de aprender, transforma a escola num ambiente de alegria e assim contribui para a

diminuição da evasão escolar, para tanto o professor precisa estar comprometido consigo mesmo e com os alunos. É no movimento de ação-reflexão-ação que o conhecimento se concretiza e o desenvolvimento acontece.

Quando o professor direciona o processo de ensino e aprendizagem através da ação-reflexão-ação está possibilitando aos educandos participar efetivamente desse processo, com isso alfabetizar, letrar ou ensinar torna-se ações normais que alcançam resultados positivos. Os alunos aprendendo e participando das aulas não pensarão em abandonar os estudos. Sobre o poder da reflexão Perrenoud (2002, p. 43) explana que: “Sem dúvida, cada pessoa reflete de modo espontâneo sobre sua prática; porém, se esse questionamento não for metódico nem regular, não vai conduzir necessariamente a tomada de consciência nem a mudanças”. Para Perrenoud (2002) o professor reflexivo progride e consegue levar o educando a progredir, utilizando de métodos, recursos e diferentes instrumentos avaliativos, possibilita que o educando construa novos conhecimentos a partir de suas reflexões, da reavaliação de seus objetivos.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo MEC - Juventudes na escola sentidos e buscas: Por que frequentam? - sendo entrevistados 8.283 alunos de idade entre 15 a 29 anos de diferentes modalidades de ensino, concluiu-se que os alunos ficam na escola quando tem um bom professor. Quando indagados de como é um bom professor os alunos responderam que é aquele que conhece a matéria, respeita o aluno, sabe conviver. Segundo a Psicóloga Abramovay (2008, apud OLIVEIRA, 2016) o professor é fator determinante para que o aluno goste ou não da disciplina e que quando o professor não os escuta, ou eles não podem confiar nesse professor, abandonam a escola.

As ações dos profissionais da educação são fundamentais para o bom desenvolvimento do educando, quando há em sala de aula respeito pelo direito de aprender, incentivo pela participação do educando e pela livre expressão do pensamento está se contribuindo para a permanência do aluno na escola.

Na sequência, explanamos de forma resumida as principais conclusões a que chegamos após a análise da coleta de dados.

4 RESULTADOS e DISCUSSÕES

Neste espaço, apresentaremos um apanhado das principais informações que destacamos na coleta de dados de modo geral, com destaque para as respostas aos questionários.

Em nossa pesquisa no sistema SERE do Colégio, percebe-se que, pelas informações do sistema, o ano de 2015 aponta que dos 100% de alunos matriculados, 30% deixaram de estudar no decorrer do ano, sendo que desses 30% apenas 5% se matricularam no ano de 2016.

O combate à evasão escolar, executado pela escola, que contribuiu com a pesquisa atende ao Programa de Combate a Evasão, indicado pelo Governo do Paraná, busca-se seguir a organização proposta pelo mesmo, mas como mostra a análise do SERE 2015 são poucos os resultados alcançados.

Foi proposto aos Pedagogos que respondessem a um questionário que busca conhecer a visão desses profissionais em relação ao Programa de Combate a Evasão Escolar. Na escola de pesquisa trabalham nove Pedagogos que são divididos em três turnos, todos são formados em Pedagogia e possuem pós-graduação na área.

Recebemos os questionários de seis pedagogos e traçamos o perfil dos pedagogos na sequência.

Figura 1: Perfil dos Pedagogos entrevistados

| Pedagogo | Há quantos anos exerce a função de pedagogo | Você trabalha em quantos turnos | Trabalha em quantas instituições | Formação | Pós graduação | Turma |
|----------|---|---------------------------------|----------------------------------|-----------|----------------|------------|
| A | 10 | 1 | 1 | Pedagogia | Psicopedagogia | Ens. Médio |
| B | 9 | 1 | 1 | Pedagogia | Gestão | Ens. Médio |
| C | 5 | 2 | 1 | Pedagogia | Ed. Especial | Ens. Médio |
| D | 5 | 2 | 2 | Pedagogia | Psicopedagogia | Ens. Médio |
| E | 5 | 1 | 1 | Pedagogia | Psicopedagogia | Ens. Fund. |
| F | 5 | 2 | 1 | Pedagogia | Ed Especial | Ens. Fund. |

Fonte: Pedagogo da Rede Estadual Paranaense 2016.

A idade dos profissionais que contribuíram com a pesquisa varia de 27 a 45 anos a maior parte é do sexo feminino. A maioria dos Pedagogos atuam na área a mais de 5 anos.

Quando questionados se já trabalharam com o Programa FICA anteriormente a esta escola, seis responderam que sim.

Pelas respostas dos pedagogos observamos que várias situações influenciam na dinâmica da escola no que tange à evasão escolar.

Observar-se uma grande rotatividade no quadro de Pedagogos das escolas, sendo esses profissionais contratados pelo regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS), esse processo geralmente é renovado todo ano e muitos Pedagogos não conseguem vaga na mesma escola. Essa situação atrapalha em muito o desenvolvimento do trabalho, pois o Pedagogo que chega pela primeira vez em determinada escola precisa de um tempo para se inteirar das situações pedagógicas, do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Escolar, conhecer o professorado, os alunos, o acompanhamento do Programa de Combate a Evasão Escolar, o funcionamento da Rede de Proteção dessa localidade, enfim adequar-se à rotina da nova escola.

O regime de contratação dos profissionais da educação também influencia nos resultados educacionais, pois pedagogos contratados pelo regime PSS⁵ também dificilmente participam de capacitações oferecidas pelo Estado, considerando que essas capacitações têm números de vagas disponíveis aos do quadro próprio do magistério, sendo oferecidas aos contratados havendo disponibilidade de vagas. Os certificados emitidos por essas capacitações não valem para Pedagogos contratados como subsídios para melhorar suas classificações de contratação.

A dificuldade em obter resultados satisfatórios, vão desde falta de conhecimento sobre o programa, falta de integração entre as três instâncias envolvidas (Escola, Conselho Tutelar e Ministério Público) culminando na falta de retorno dos órgãos competentes sobre os casos encaminhados.

⁵ Processo seletivo simplificado, realizado pela SEED, para contratação temporária de **professores**, pedagogos, intérprete de libras, auxiliares de serviços gerais e técnicos administrativos.

Toda essa situação, juntamente com as dificuldades de obter resultados com o encaminhamento de fichas de alunos evadidos ao Conselho Tutelar, ou de alunos evadidos encaminhados à Rede de Proteção torna mais complicado o combate à evasão escolar.

O Programa de Combate a Evasão pede que a primeira ação a ser desenvolvida quando confirmado número excessivos de faltas dos alunos, seja o Pedagogo entrar em contato com a família, inteirar-se das causas desse abandono e buscar uma solução para a situação. Pelas observações dos pedagogos, em muitos casos o contato se efetiva e ocorre o processo de orientação, conscientização. Porém em outros casos, essa é uma tarefa difícil sendo que na escola alvo da pesquisa muitas vezes não se consegue contato com a família, acontece com frequência dos números de telefone não existirem, de terem trocado de endereço e não apresentado na escola o novo contato. Quando essa situação é vivenciada tenta-se na sala de aula encontrar um colega que possa passar o novo endereço do aluno ou entregar correspondência aos responsáveis. Esgotada todas as tentativas de contato, encaminha-se a ficha do aluno com a justificativa do não contato.

Quando o contato com a família é concretizado e o responsável comparece a escola inicia-se muitas vezes uma longa batalha para levá-los a entender a gravidade da situação do aluno. É comum o responsável ser só a mãe, mãe e avó e é comum esse responsável alegar que a necessidade de trabalhar o afasta da educação do adolescente que muitas vezes fica sozinho em casa para preparar-se para a escola. Muitos faltam demais por não conseguirem acordar, por saírem de casa e encontrar com colegas e não ir até a escola, por não ter o uniforme limpo e muitas outras justificativas. Ressalta-se que é raro a justificativa de o abandono ser por motivos pedagógicos.

Diante dessas situações o responsável se coloca como incapaz de acompanhar a vida escolar do adolescente. Caso o aluno continue a faltar mesmo após a conversa com o responsável a escola o encaminha ao Conselho Tutelar.

Costa (1996, p. 34) aponta que a escola deve representar as ações do poder público na comunidade em que está inserida, atendendo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando o direito da criança e do adolescente a educação básica.

As ações descritas acima confirmam que a escola tem buscado exercer seu papel apesar das diversidades encontradas.

A primeira pergunta a ser respondida era: Como é o funcionamento do Programa de Combate a Evasão Escolar na escola? De acordo com esses profissionais no início do ano letivo a equipe diretiva da escola determina junto com a equipe pedagógica as turmas e ações de cada um dentro da instituição, como forma de melhor organizar e atender o pedagógico, assim cada pedagogo assume determinadas quantidades de turmas e alguma atividade burocrática, dentre essas o preenchimento das fichas de alunos ausentes e a incumbência de acompanhar as reuniões da Rede de Proteção.

Todos os Pedagogos responderam que as ações da escola em relação ao abandono e evasão escolar seguem os parâmetros do Programa de Combate e Evasão Escolar instituído pela Secretária da Educação. Cada Pedagogo faz o levantamento desses alunos junto aos professores da turma que atende e um fica responsável por transpor os dados para a ficha que será encaminhada ao Conselho Tutelar.

Perguntou-se aos Pedagogos se na unidade de ensino em que trabalham tem-se obtido resultados positivos em relação ao envio de fichas de alunos ao Conselho Tutelar, todos apontaram que são mínimos os resultados, sendo muito poucos os casos de alunos que retornam após receber a visita do Conselho Tutelar e que às vezes esse retorno acontece apenas no ano seguinte, demonstrando a ineficiência dos órgãos responsáveis.

Em resposta a pergunta dos motivos dessas falhas acontecerem, os Pedagogos apontam a falta de recursos da escola e do Conselho Tutelar em localizar o aluno. A falta de retorno do Conselho Tutelar para com a escola apresentando as ações tomadas para que o aluno volte a estudar, a apresentação das causas desse abandono para que a escola possa traçar um plano de recuperação para tais alunos, a falta de profissionais tanto na escola, quanto no Conselho Tutelar que possam realmente dedicar-se ao retorno do aluno a escola e a falta de integração entre escola, Conselho Tutelar, Rede de Apoio e Secretaria da Educação.

Na pergunta: Como você avalia o Programa de Combate a Evasão Escolar do governo do Estado do Paraná, a resposta de todos confirmam que é um bom

programa, deixando a desejar na eficácia, o que leva a compreensão de que precisa de algumas alterações e ajuste para funcionar melhor como, por exemplo, mais integração entre as diferentes instâncias que compõe o programa e respostas as escolas dos casos encaminhados.

Quando indagados se há conhecimento do funcionamento do programa entre os pedagogos a maioria apontou que o conhecimento não é tão amplo, sente-se a necessidade de mais momentos de capacitação sobre o programa. Para os Pedagogos da escola a evasão escolar é um dos grandes entraves do trabalho pedagógico, ficando atrás apenas da falta de disciplina dos alunos. A evasão e o abando escolar estão relacionados a diferentes fatores internos e externos a escola e internos e externos ao aluno, como drogadição, mudança de endereço, má relação professor e aluno, e outros. Combater esse problema exige a participação de todos: família, escola, governo e comunidade.

Demo (2001, p. 35) relata que é preciso que os profissionais em educação conheçam as Leis que regem o sistema de ensino para que juntos busquem solucionar os problemas enfrentados. Para o autor é necessário maior aprofundamento da legislação para fundamentar as ações pedagógicas e com isso obter resultados positivos.

Pela fala dos Pedagogos entrevistados, no que diz respeito aos estudos da legislação, as capacitações oferecidas são falhas, exigindo dos profissionais maior desprendimentos de momentos de descansos a serem utilizados para estudos o que dificulta essas ações. Todos têm consciência da importância de suas ações para reverter o quadro de abandono, evasão e fracasso escolar que vivenciam diariamente e dentro das possibilidades que tem, lutam para a reversão dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se pelos estudos realizados que as Leis, tanto federais, quanto estaduais, no que se refere à educação formal avançaram no decorrer do tempo no Brasil. Várias foram as inovações educacionais obtidas desde a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, estas inovações têm contribuído para minimizar o problema de evasão escolar, mas infelizmente

ainda não garantiram o fim do abandono e da evasão escolar na Educação Básica.

No que se refere ao Estado do Paraná, foram muitas as políticas públicas implantadas para combater o abandono e a evasão, como o Programa de Combate a Evasão instituído em 2005. Esse programa tem auxiliado a diminuir os casos, mas ainda não foi possível apresentar uma solução para o problema. O programa apresenta alguns pontos que precisam ser revistos, principalmente no que tange a comunicação entre os órgãos competentes. Além das ações realizadas pelas políticas públicas as escolas precisam também atentar-se para questões administrativas, metodológicas e avaliativas que visem combater o abandono e a evasão escolar e todos os problemas oriundos dessa situação. É preciso que todo colegiado se conscientize que o abandono e a evasão escolar, é um dos principais entraves a aprendizagem do aluno e juntos pensem e executem ações que visem combatê-los.

O estudo bibliográfico e de coleta de dados realizado neste artigo possibilitou conhecer melhor as causas do abandono e da evasão escolar, bem como as ações governamentais e institucionais aplicadas nas escolas em prol da reversão dos problemas vivenciados.

Baseado nos dados, afirmamos que a formação do professor interfere na evasão do aluno na medida em que esse não consegue encontrar meios pedagógicos para manter o aluno em sala, principalmente quando as causas da evasão escolar são por motivos sociais como a drogadição.

O questionário aplicado aos Pedagogos demonstra a preocupação desses profissionais com os problemas enfrentados diariamente na escola e as ações efetuadas na busca de melhorias na qualidade de atendimento educacional dos alunos matriculados na instituição que trabalham.

As ações pedagógicas realizadas em prol do combate ao abandono e a evasão escolar busca cumprir com a legislação em vigor no Estado, como também com os preceitos pedagógicos que visa uma educação que possibilite ao aluno adquirir os conhecimentos científicos instituídos pela humanidade no decorrer do tempo, como aplicá-los no seu cotidiano social, tornando-se verdadeiros cidadãos, conhecedores de seus direitos e deveres.

Percebeu-se recorrente o problema com a evasão, pois assim como se observa na história da educação brasileira de séculos passados e de um sistema atual informatizado que é o sistema SERE, a estatística sobre a evasão ainda é muito alta e continua ocorrendo.

Concluimos que é preciso que família, escola e sociedade no geral passe a valorizar melhor a educação formal para que o educando sinta-se apoiado e consiga concretizar essa importante etapa do seu desenvolvimento que conclui a Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2005.

ARROYO, M.G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

AURÉLIO. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acessado em: 10/05/2016.

BAHIA, N. P. **O fracasso escolar e a reclusão dos excluídos**. São Paulo: Alexa Cultural, 2012.

BARRIOS, A. **Evasão Escolar em Londrina**. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao4/Artigo5.pdf. Acessado em 10/05/2016.

BISSOLI, S. C. A: **Evasão Escolar: o caso do Colégio Estadual Antônio Francisco Lisboa**. Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/evasao_escolar.pdf. Acesso em: 05/05/ 2016.

BORGES, P. **Número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola aumentou**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/> Acessado em 20/04/2014.

BRANDÃO, Z. et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acessado em: 22/06/2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 22/06/2016.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 22/06/2016.

Programa Nacional de Renda Mínima – Bolsa Escola. LEI N. 10.219, DE 11 DE ABRIL DE 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm. Acessado em: 22/06/2016.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COSTA, A. C. G. **É possível mudar**: a criança, o adolescente, e a família na política social do município. Série Direitos das crianças. São Paulo: Malheiros, 1996.

DEMO, P. **A nova LDB**: ranços e avanços. 12 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

DUBET, F. **A escola e a Exclusão**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>. Acessado em 20/04/2014

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FORGIARINI, S. A.; SILVA, J. C. **Escola Pública**: Fracasso Escolar numa perspectiva histórica. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completo/Trabalhos/PDF/63%20Solange%20A.%20B.%20Forgiarini.pdf>. Acessado em 20/07/2016.

Fracasso Escolar no Contexto da Escola Pública: entre mitos e realidades. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/3694.pdf>. Acessado em: 20/05/2016.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico brasileiro**. 5ª. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GUERREIRO, C. **Ensino Médio Reprovado**. Disponível em: <http://revistaescolapublica.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>. Acessado em: 20/05/2016.

LOPEZ, F. L.; MENEZES, N. A. **Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, n. 32, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEC. **Juventude e Contemporaneidade**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 20/05/2016.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/cat/dic/>. Acessado em: 22/06/2016.

OLIVEIRA, V. **Professor é fator decisivo contra a evasão escolar**. Disponível em: <http://porvir.org/professor-e-fator-decisivo-contras-evasoescolar/>. Acessado em: 25/06/2016.

PARANÁ (2009). **Programa de Combate a Evasão Escolar**. enfrentamento à evasão escolar. Secretaria de Estado da Educação. – Curitiba: SEED – Pr., Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/fica.pdf>. Acessado em 30/06/2016.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso Escolar**: história de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

PERRENOUD, P. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor**: Profissionalização e Razão Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf. Acessado em: 23/04/2014.

SILVA, K. M. B. **Do Ensino Religioso às Aulas Régias**: a transição de uma educação religiosa para um ensino laico. Disponível em: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/katiane_silva_st_1.pdf. Acessado em 20/05/2016.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.